

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

<sup>(1)</sup>**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS**  
<sup>(2)</sup>**CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia três de abril de dois mil e  
<sup>(3)</sup>nove, com início às nove horas e vinte e oito minutos, no Hotel Nikko, sito a Rua  
<sup>(4)</sup>Barão do Rio Branco, 546, Centro, Curitiba, Paraná, na presença dos Senhores  
<sup>(5)</sup>Conselheiros: **1) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento** suplente, segmento  
<sup>(6)</sup>Movimentos Sociais e Populares; entidade Confederação Nacional das  
<sup>(7)</sup>Associações de Moradores – CONAM; **2) Adir dos Santos Tornes** titular,  
<sup>(8)</sup>segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade, Associação dos  
<sup>(9)</sup>Municípios do Oeste do Paraná – AMOP; **3) Agostinho Celso Zanelo de Aguiar**,  
<sup>(10)</sup>titular, segmento Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa, entidade  
<sup>(11)</sup>Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do  
<sup>(12)</sup>Paraná – CREA/PR; **4) Ana Carmen de Oliveira**, suplente, segmento Área de  
<sup>(13)</sup>Trabalhadores, entidade; Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do  
<sup>(14)</sup>Paraná – SINDARQ/PR; **5) Ana Cláudia Bento Graf**, suplente, segmento  
<sup>(15)</sup>Observador(a) Órgão Governamental, entidade Procuradoria Geral do Estado; **6)**  
<sup>(16)</sup>**Anselmo Schwertner** suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares  
<sup>(17)</sup>entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; **7) Carlos Alberto**  
<sup>(18)</sup>**Lima**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
<sup>(19)</sup>ACASCC/CONAM; **8) Carmen Sueli Menna Barreto Gomes**, titular, segmento  
<sup>(20)</sup>Poder Público Estadual, entidade, Secretaria de Estado do Desenvolvimento  
<sup>(21)</sup>Urbano/Serviço Social Autônomo PARANACIDADE – SEDU/PARANACIDADE;  
<sup>(22)</sup>**9) Carolina Caraiba Nazareth Alves**, titular, segmento Organizações não  
<sup>(23)</sup>Governamentais - ONGS, entidade Terra de Direitos – Organização de Direitos  
<sup>(24)</sup>Humanos; **10) Denilson Pestana da Costa**, titular, segmento Área de  
<sup>(25)</sup>Trabalhadores, entidade Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da  
<sup>(26)</sup>Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná – FETRACONSPAR; **11)**  
<sup>(27)</sup>**Edinaldo da Silva**, suplente, segmento Poder Público Municipal Executivo,  
<sup>(28)</sup>entidade Associação dos Municípios da Região de Entre-Rios – AMERIOS; **12)**  
<sup>(29)</sup>**Hilma de Lourdes Santos** suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares,  
<sup>(30)</sup>entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **13) Isaías**  
<sup>(31)</sup>**Gonçalves Lopes**, titular, segmento Área Empresarial, entidade Sindicato e  
<sup>(32)</sup>Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR; **14) Joel Tadeu**  
<sup>(33)</sup>**Corrêa** titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
<sup>(34)</sup>Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM/FAMOPAR;  
<sup>(35)</sup>**15) Jorge da Conceição Guerra** titular, segmento Poder Público Estadual,  
<sup>(36)</sup>entidade Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR; **16) José Aparecido**  
<sup>(37)</sup>**Leite** titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Instituto  
<sup>(38)</sup>Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação –IBDVA; **17) José Luiz Alves Miguel**,  
<sup>(39)</sup>titular, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos  
<sup>(40)</sup>Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI; **18) Jurandir Guatassara Boeira**, titular,  
<sup>(41)</sup>segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios  
<sup>(42)</sup>do Setentrião Paranaense –AMUSEP; **19) Marcos Bittencourt Fowler**, titular,  
<sup>(43)</sup>segmento Observador(a) Órgão Governamental, entidade Ministério Público; **20)**  
<sup>(44)</sup>**Marcos dos Santos Fagundes** suplente, segmento Poder Público Municipal  
<sup>(45)</sup>Executivo, entidade Associação dos Municípios do Norte Pioneiro - AMUNORPI;  
<sup>(46)</sup>**21) Mario César Marcondes** titular segmento Poder Público Municipal

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(47) Legislativo, entidade, Câmara Municipal de Telêmaco Borba; **22) Maria Felomena**  
(48) **Oliveira Sandri** suplente, segmento Organizações Não-Governamentais - ONGS,  
(49) entidade Associação de Defesa do Meio Ambiente; **23) Maria Helena Gusso**  
(50) **Mattos** titular, segmento Poder Público Estadual, entidade Secretária de Estado  
(51) da Segurança Pública/Departamento de Trânsito do Paraná – SESP/DETRAN; **24)**  
(52) **Maria Verônica Sciena**, titular, segmento Poder Público Municipal Executivo,  
(53) entidade Associação dos Municípios do Médio Paranapanema – AMEPAR; **25)**  
(54) **Oílson Antônio Alves**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares  
(55) entidade Frente Unificada das Favelas do Brasil-FUFABRAS/HIP HOP; **26)**  
(56) **Ronald Peixoto Drabik** titular, segmento Área Empresarial, entidade Associação  
(57) Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC; **27) Silvio José Gonçalves** titular,  
(58) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade, Movimento Nacional de  
(59) Luta pela Moradia – MNLM; **28) Simone de Fátima Campos Cogo** , suplente ,  
(60) segmento Poder Público Estadual, entidade Secretária de Estado do Meio  
(61) Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA; **29) Sirlei Cesar de Oliveira**, suplente,  
(62) segmento Área de Trabalhadores; entidade Federação dos Trabalhadores nas  
(63) Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná –  
(64) FETRACONSPAR; **30) Terezinha Aparecida de Lima**, titular, segmento  
(65) Movimentos Sociais e Populares, entidade, Central de Movimentos Populares –  
(66) CMP; **31) Ubiraitá Antônio Dresch** titular, segmento Área Empresarial,  
(67) entidade Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Paraná –  
(68) SINDUSCON/PR; **32) Valdir Aparecido Mestriner**, titular, segmento Área de  
(69) Trabalhadores, entidade Central Única dos Trabalhadores –  
(70) CUT/SINDIURBANO/PR; **33) Urânia Flores da Cruz Freitas** suplente, segmento  
(71) Poder Público Federal, entidade Gerência Regional da Secretaria de Patrimônio  
(72) da União – GRPU/PR. Presentes ainda o Senhor **Antonio Weinhardt Junior**,  
(73) Secretário Executivo do Conselho Estadual das Cidades e como convidados **Ary**  
(74) **Talamini Junior**, entidade Poder Público Estadual; **Joceli Maria Thomazoni**  
(75) **Loyola** entidade Poder Público Estadual; **Aldo A. Mandalozzo** entidade Poder  
(76) Público Estadual; **André Viana da Cruz** entidade Ministério Público do Paraná;  
(77) **Marcos Fowler** entidade Ministério Público do Paraná; **Josete Dubiaski da**  
(78) **Silva** entidade Legislativo – CMC – Curitiba; **M.Luiza M S M Dias** entidade  
(79) IPARDES; **Eliane N Alves** entidade IPARDES; **Juliano Giraldi** entidade  
(80) COHAPAR; **Cleide M. P. de Bem** entidade IPARDES; **Antonio Carlos Cordeiro**  
(81) **da Silva** entidade IPARDES; **Márcia Gomes de Oliveira** entidade Movimento  
(82) Nacional de Luta e Moradia – MNLM; e **Murilo Orlando Mallucelli Klas** entidade  
(83) Poder Público Municipal Executivo – AMCG. A pauta dos trabalhos constituiu-se  
(84) de: **1. ABERTURA E INFORMES; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3.**  
(85) **LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; 4.**  
(86) **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS EM PAUTA: 4.1**  
(87) **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DA SECRETARIA EXECUTIVA**  
(88) **CONFORME, ART. 23, XII; 4.2 RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 002/2009 –**  
(89) **OBSERVADORES; 4.3 RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 003/2009 - GT; 4.4**  
(90) **APRESENTAÇÃO DA GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO –**  
(91) **GRPU/PR: “GT ESTADUAL DE ESCOLHA DE ÁREAS DO PATRIMÔNIO DA**  
(92) **UNIÃO PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL” E ENCAMINHAMENTOS**

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(93) **PARA COMPLEMENTAR O GT ESTADUAL; 4.5 APRESENTAÇÃO DA**  
(94) **COHAPAR: “PROPOSTA METODOLÓGICA DO PLANO ESTADUAL DE**  
(95) **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL”;**  
(96) **4.6 APRESENTAÇÃO: “SITUAÇÃO**  
(97) **DOS CONSELHOS MUNICIPAIS - 2”, SEDU/PARANACIDADE, CARLOS**  
(98) **AUGUSTO STORER;**  
(99) **4.7 APRESENTAÇÃO: “DIRETRIZES PRELIMINARES**  
(100) **PARA POLÍTICA DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS”,**  
(101) **CONSELHEIRA CARMEN MENNA BARRETO GOMES;**  
(102) **4.8 CALENDÁRIO**  
(103) **2009, ART. 11 RI;**  
(104) **5. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE**  
(105) **PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO;**  
(106) **6. INDICAÇÃO DOS**  
(107) **MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA;**  
(108) **7.**  
(109) **ENCERRAMENTO.** Aberta a sessão pelo Secretário Executivo do Conselho  
(110) Estadual das Cidades, Antonio Weinhardt Jr., que na seqüência convidou a  
(111) Comissão Coordenadora para compor a mesa: Ana Carmen de Oliveira, Izaías  
(112) Gonçalves Lopes, Agostinho Celso Zanelo de Aguiar, Maria das Graças Silva  
(113) de Souza, Laurelena Palhano, Carolina Caraíba Nazaré Alves. O Senhor  
(114) Antonio Weinhardt Jr. comentou sobre a fundamentação da composição da  
(115) Comissão Coordenadora e fez a leitura do artigo 12 do Regimento Interno: “Art.  
(116) 12. A cada reunião do CONCIDADES PARANÁ será constituída uma Comissão  
(117) Coordenadora dos trabalhos, composta por um representante indicado de cada  
(118) segmento que auxiliará o Presidente e a Secretaria Executiva nas seguintes  
(119) funções: I- ordenar o uso da palavra; II -encaminhar à votação as matérias a  
(120) serem decididas pelo Plenário; III - zelar pelo cumprimento das disposições  
(121) deste Regimento; e IV - exercer atribuições de assessoramento do Presidente,  
(122) que lhe sejam delegadas pelo Plenário do CONCIDADES PARANÁ. § 1º.  
(123) A Comissão Coordenadora se reunirá, caso necessário, no dia anterior à  
(124) reunião do CONCIDADES PARANÁ. § 2º. A Comissão Coordenadora indicada  
(125) em cada reunião manterá sua atividade até o final da reunião seguinte.”  
(126) Passou-se ao **item 01 da Pauta**, informando aos presentes que aqueles que  
(127) necessitam de ressarcimento das despesas referente ao deslocamento para a  
(128) reunião, deverão preencher o cadastro na recepção da sala; que está a  
(129) disposição dos Conselheiros nesta data, uma fotógrafa da SEDU para tirar  
(130) retratos para o Crachá de Conselheiro. Na seqüência apresentou a equipe de  
(131) apoio da Secretaria Executiva. Informou sobre as seguintes substituições  
(132) oficiais no Conselho: Senhor Walter Horst, em substituição a Senhora  
(133) Laurelena Palhano; Senhora Carolina Caraiba Nazaré Alves em substituição ao  
(134) Senhor Vinicius Gessolo de Oliveira; Senhor Jorge da Conceição Guerra em  
(135) substituição a Senhora Rosângela Kosak; e Senhor Paulo Roberto Rocha  
(136) Kruger, em substituição ao Senhor Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni. A  
(137) Entidade Gerência Regional da Secretaria de Patrimônio da União (GRPU/PR)  
(138) em substituição ao IBGE/PR, sendo que a primeira indicou como representante  
e Conselheira a Senhora Urânia Flores da Cruz Freitas. Ocorrência de Inversão  
de qualificação do Poder Público Estadual, entre representantes da  
SEDU/PARANACIDADE e COMEC, onde o titular Senhor Alcidino Bittencourt  
Pereira passa a suplente e Senhora Carmen Mena Barreto Gomes como titular.  
Outra substituição de acordo com a 3ª Conferência Estadual das Cidades das  
Entidades refere-se ao Poder Público Municipal, com 03 (três) anos de

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(139) mandato, onde se convencionou que a cada ano participariam representantes  
(140) de 06 (seis) Associações de Municípios, ocorrendo nesta data a substituição  
(141) das atuais: CANTUQUIRIGUAÇU, AMUSEP, AMOCENTRO, AMCG,  
(142) AMERIOS e AMUNORPI, representadas respectivamente por Senhora Juliana  
(143) Barbosa Sydor, Senhor Jurandir Guatassara Boeira, Senhora Nara Dequech  
(144) Teigão, Senhor Antonio Ribeiro dos Santos, Senhor Edinaldo da Silva, e  
(145) Senhor Marcos dos Santos Fagundes e entram: AMOP, AMUVI, AMEPAR,  
(146) AMLIPA, AMUNPAR e ASSOMEAC, representadas respectivamente por Senhor  
(147) Adir dos Santos, Senhor José Luis Alves Miguel, Senhora Maria Verônica  
(148) Sciena, Senhor Carlos Roberto R. Neto, Senhor Emerson Alex Luchinsk e o  
(149) Senhor Osni Basílio Mendes. Com a palavra o Conselheiro Jose Leite que  
(150) informou de sua participação na Reunião do Conselho Nacional das Cidades,  
(151) ocorrida na semana anterior e que as Conferências Municipais das Cidades  
(152) estão previstas para o segundo semestre de 2009, a Conferência Estadual de  
(153) fevereiro a abril de 2010 e a Conferência Nacional na primeira quinzena de  
(154) junho de 2010. Acresceu ainda, que para o Estado do Paraná do total de um  
(155) milhão de moradias de interesse social, estão destinadas 44.000 (quarenta e  
(156) quatro mil) moradias podendo este número aumentar dependendo das  
(157) contrapartidas da Prefeitura e do Estado. Na seqüência passou-se ao **item 02**  
(158) **da Pauta**, inclusos os seguintes subitens, ao item 04: **1-Relato das Câmaras**  
(159) **Técnicas; 2-Posição do Conselho em relação as 44.000 moradias para o**  
(160) **Estado do Paraná, sugerido pelo Conselheiro Silvio; 3- Implantação dos**  
(161) **Conselhos Regionais, sugerido pelo Conselheiro Carlos Lima. Passou-se ao**  
(162) **item 03 da Pauta**, colocada em votação a Ata da 4ª Reunião Ordinária do  
(163) Conselho, a mesma **foi aprovada**. A seguir passou-se ao **item 04 da Pauta**,  
(164) onde o Senhor Antonio Weinhardt Jr. fez a leitura dos subitens do item em  
(165) questão, acrescida dos itens acima sugeridos, postos em votação **foram**  
(166) **aprovados**. Na seqüência o Senhor Antonio prosseguiu com o **subitem 4.1 da**  
(167) **Pauta** (Apresentação do relatório anual da Secretaria Executiva conforme Art.  
(168) 23, XII), uma Conselheira solicitou inversão de subitem de pauta, passando o  
(169) **nº 4.7 a ser o de nº 4.4**, no que todos concordaram. Nenhuma observação foi  
(170) apresentada quanto ao subitem 4.1, sendo **aprovado o Relatório** anual da  
(171) Secretaria Executiva. Na seqüência passou-se ao **subitem 4.2** (Resolução  
(172) Administrativa 002/2009 - Observadores), onde o Senhor Antonio explicou que  
(173) na Conferência houve uma ressalva para que as escolhas dos Observadores  
(174) fossem discutidas dentro do Conselho, desta forma as entidades e segmentos  
(175) correspondentes indicaram os Conselheiros a seguir relacionados, que serão  
(176) formalizados através da Resolução apresentada, a qual será publicada. São os  
(177) seguintes Conselheiros indicados: Órgãos Governamentais: Senhor Marcos  
(178) Bittecourt Fowler, pelo Ministério Público Estadual; Senhora Ana Cláudia Bento  
(179) Graff pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná; Senhor Luiz Antonio de  
(180) Oliveira Rosa, pelo Centro de Estudos Políticos e Culturais Ernesto Che  
(181) Guevara; Suplentes de ONG's: Associação de Engenheiros e Arquitetos do  
(182) Noroeste do Paraná, Senhor Gerson Gody Leski; Sociedade Civil: Daniele  
(183) Regina Pontes pela AMBIENS, Sociedade Cooperativa; pelo Conselho  
(184) Regional Serviço Social Senhora Leovalda Rodrigues Moreira. Colocada em

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(185) votação a Resolução a mesma **foi aprovada**. Senhor Antonio dando  
(186) prosseguimento passou ao **subitem 4.3 da pauta** (Resolução Administrativa  
(187) 003/2009 - GT), da qual fez a leitura: “O Secretário de Estado do Desenvolvimento  
(188) Urbano e Presidente do CONCIDADES PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei  
(189) 8485 de 03 de junho de 1987, e o inciso I, art. 10, do Decreto nº 1483, de 26 de setembro de  
(190) 2007, resolve: Art. 1º Designar, a servidora pública e conselheira titular do CONCIDADES  
(191) PARANÁ Carmen Sueli Menna Barreto Gomes, para suplementarmente coordenar e  
(192) desenvolver ações de cooperação interinstitucional, nos termos dos artigos 7º e 30 do Decreto  
(193) Estadual e segundo os artigos 3º e 41 do Regimento Interno do referido Conselho, em especial  
(194) visando às atividades de: I- Delinear e articular a efetivação de diretrizes aprovadas pela  
(195) Plenária deste, no campo referido no *caput* desta resolução; II- Promover a execução de  
(196) estudos, pesquisas, cursos e oficinas atinentes a essas atividades; III- Identificar medidores e  
(197) indicadores para monitorar o”. desenvolvimento e a efetivação dessas diretrizes, como subsídio  
(198) às ações de acompanhamento exercidas pelo CONCIDADES PARANÁ; IV- Buscar extensão  
(199) dessas iniciativas a organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e  
(200) internacionais de análise sobre resultados. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua  
(201) publicação, revogando-se as disposições em contrário.” A Conselheira Carmen Mena  
(202) Barreto Gomes com a palavra, teceu alguns comentários sobre a Resolução,  
(203) que trata-se de fortalecer algumas ações do Conselho para que este atinja com  
(204) maior eficiência seus objetivos e que, é uma continuidade dos serviços  
(205) prestados por ela anteriormente e que os itens trazidos no bojo da Resolução,  
(206) tiveram por base o Regimento Interno do Conselho, ficando a Conselheira a  
(207) disposição para os eventuais esclarecimentos que se façam necessários. A  
(208) resolução de nº 03/2009 **foi aprovada**. Passou-se ao **item 4.4** da Pauta  
(209) Apresentação: “Diretrizes Preliminares Para Política de Mediação de Conflitos  
(210) Fundiários”), onde a Conselheira Carmen Menna Barreto Gomes, passou a  
(211) expor sobre o assunto, explicando que foram desempenhadas articulações  
(212) junto a órgãos e que já se conta com a participação de colaboradores do  
(213) IPARDES, para o desenvolvido de metodologias, com dados e informações  
(214) relativos a conflitos fundiários, tendo-se por exemplo em fase de conclusão o  
(215) mapeamento social rural feito pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geo  
(216) Ciências que aborda conflitos rurais. Quanto aos conflitos urbanos temos: a  
(217) realização de Convênio entre IPARDES e IPEA (Instituto de Pesquisas  
(218) Econômicas Aplicadas) que mapeará todos os acampamentos precários da  
(219) Região Metropolitana; e atendendo a uma solicitação feita pelo Grupo de  
(220) Trabalho a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU, o  
(221) rastreamento nos arquivos e registro dos planos diretores municipais do  
(222) número de assentamentos e/ou conflitos e tudo o que envolver conflitos  
(223) fundiários, solidificando-se em um mapeamento. Acresceu ainda que o Estado  
(224) do Paraná é bem visto no Ministério das Cidades, pelo bom desempenho que  
(225) demonstra nas realizações das Conferências das Cidades e por esta razão este  
(226) Conselho e o Estado do Paraná, em uma atitude pioneira, estão sendo  
(227) convidados a realizar o primeiro Seminário Regional, em um total de sete no  
(228) Brasil todo, para discussão da política nacional de mediações e prevenções de  
(229) conflitos urbanos. Solicitaram inclusive que se fizesse parceria com o Ministério  
(230) Público e em contato com este, informou a confirmação da disponibilidade  
(231) deste em realizar tal Seminário, nos dias 14 e 15 de maio do corrente ano, no

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(232) Auditório do próprio Ministério Público. Tudo o que for relativo a inscrições e  
(233) mobilização ficará a cargo do Ministério das Cidades, que realizará através de  
(234) *site* próprio e pretendem alcançar um número de 100 (cem) participantes e 60  
(235) (sessenta) vagas estariam garantidas a Sociedade Civil, especialmente aos  
(236) Movimentos Sociais e as demais 40 (quarenta) através de convite estendido a  
(237) representantes do Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e órgãos  
(238) representantes de outras esferas de governo. Ressaltou a importância do apoio  
(239) ao evento justamente por ser o primeiro a ocorrer. Com a palavra a Conselheira  
(240) Maria Felomena A. O. Sandri comentou que talvez a EMATER já tenha  
(241) realizado o mapeamento de 280 (duzentos) assentamentos no Estado do  
(242) Paraná, com aproximadamente 13.000 (treze mil) pessoas e sugeriu que  
(243) fossem solicitadas a esse órgão estas informações. A Conselheira Carolina  
(244) Caraíba Nazaré indagou a Conselheira Carmen Mena Barreto quanto as  
(245) Regiões Metropolitanas se abrange as três, ou somente a relacionada à  
(246) Curitiba, no que lhe foi respondido que todas e talvez as microrregiões que  
(247) estão em fase de negociação. O Senhor Vinicius Gessolo de Oliveira acresceu  
(248) que deverá ser feita uma avaliação do que já foi realizado pelo Grupo de  
(249) Trabalho sobre Conflitos Fundiários e também as respostas emitidas pelos  
(250) órgãos públicos sobre as consultas realizadas neste sentido, para saber o que  
(251) foi concluído dentro do plano de trabalho estabelecido por este Grupo. Informou  
(252) que recebeu da Ouvidoria do Ministério das Cidades - Grupo do Governo  
(253) Federal que esta atuando em Conflitos Fundiários e Urbanos - indagações  
(254) sobre a situação dos Catadores de Papel do Boqueirão e do terreno de 1.500  
(255) m<sup>2</sup>, no que, ele informou que a situação estava sendo acompanhada e  
(256) monitorada pelo Grupo de Conflitos Fundiários do CONCIDADES, mas não  
(257) totalmente, pois a função de mediar é do Estado, do Poder Público e a do  
(258) Grupo é a discussão de políticas e de articulações. O Senhor Antonio  
(259) Weinhardt Jr. nesta ocasião esclareceu que as respostas advindas dos órgãos  
(260) encaminhados aos órgãos competentes sobre a matéria, foram enviadas a  
(261) Câmara Técnica de Planejamento, Gestão e Territorialidade e que estas talvez  
(262) já tenham relatos sobre esta situação. Quanto à situação dos Catadores de  
(263) Papel do Boqueirão informou ter sido encaminhado para a Câmara Técnica de  
(264) Habitação para discussão. Com a palavra o Conselheiro Silvio José Gonçalves  
(265) que reforçou questões de conflitos urbanos nas Regiões Metropolitanas e disse  
(266) que deverão ser levadas em consideração duas grandes cidades que não são  
(267) Regiões Metropolitanas, no entanto historicamente foram locais de conflitos  
(268) violentos, são elas Cascavel e Foz do Iguaçu. O Senhor Antonio Weinhardt Jr.  
(269) esclareceu que na SEDU existe uma Coordenadoria de Regiões Metropolitanas  
(270) e Microrregiões que trata destes assuntos - e de fato Cascavel é Microrregião,  
(271) assim como Foz do Iguaçu e ainda a Microrregião do Litoral. Acresceu que no  
(272) Estado do Paraná, há três Regiões Metropolitanas, a de Curitiba, de Londrina e  
(273) Maringá. Senhor Antonio passou ao **subitem 4.5 da Pauta** (Gerência Regional  
(274) de Patrimônio da União - GRPU/Pr: Grupo de Trabalho Estadual de escolha de  
(275) áreas do Patrimônio da União para Habitação de Interesse Social" e  
(276) encaminhamento para complementar o GT Estadual), onde esclareceu que a  
(277) Gerência já está trabalhando junto com o Conselho das Cidades e que o GT

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(278) Estadual já está formado e na seqüência deu a palavra a Conselheira Urânia a  
(279) qual passou a apresentar sobre o assunto. Comentou que a partir de 2003  
(280) passou-se a ter uma visão diferente a respeito das terras da União, saindo do  
(281) conceito de intocáveis e trabalhando-se o conceito de interesse social nos  
(282) imóveis da União, emitindo-se a Portaria sob nº 436/08, que trata de Grupos de  
(283) Trabalho pela GRPU cuja finalidade é o dar apoio e destinação de imóveis da  
(284) União para Habitação Social. O Grupo identificará os imóveis passíveis de  
(285) realocação para habitação social, incluso os assuntos pertinentes a conflitos  
(286) fundiários. Comentou que há um Grupo de Trabalho Nacional idêntico ao que  
(287) foi criado. Citou a legislação que dá base para o trabalho em voga e como o  
(288) envolvimento é abrangente decidiu-se criar um GT Nacional e outro Estadual e  
(289) prosseguiu explicando um pouco do trabalho do GRPU. O Senhor Antonio  
(290) Weinhardt Jr. comentou do procedimento adotado para a composição do citado  
(291) GT Estadual, que foi solicitado aos segmentos as indicações, as quais foram  
(292) realizadas via e-mail e por sugestão, solicitou-se a indicação de suplentes dos  
(293) indicados a composição do referido Grupo. Um dos Conselheiros solicitou a  
(294) leitura do nomes dos componentes do Grupo: Poder Público Estadual –  
(295) Senhora Thaniyelle Galmacci, da COHAPAR; Poder Público Municipal - Senhor  
(296) Edinaldo da Silva - e o Senhor Antonio solicitou aproveitando a ocasião que  
(297) indicassem um substituto a este último, em razão do mesmo estar se  
(298) ausentando e deu prosseguimento na leitura - pelos Movimentos Populares  
(299) Senhora Hilma Lourdes dos Santos, Senhor Joel Tadeu Correa, Senhor Luiz  
(300) Carlos da Silva Herlain e Senhora Maria das Graças Silva de Souza; pela Área  
(301) Profissional, Acadêmica e de Pesquisa - Senhor Agostinho Celso Aguiar;  
(302) ONG's Senhora Carolina Nazaré da Terra de Direitos; pelos Trabalhadores -  
(303) Senhor Denílson Pestana da Costa; pelos Empresários – Senhor Jefferson  
(304) Wanderlei Pallú. Senhor Antonio concluiu dizendo serem estes os titulares  
(305) faltando à indicação dos suplentes. Com a palavra o Conselheiro Drabik que com  
(306) relação a explanação sobre GRPU/Pr - Imóveis da União, tem a acrescentar que a  
(307) Caixa Econômica possui empresas de engenharia credenciadas as quais poderão  
(308) ser utilizadas pelo Grupo de Trabalho. A Conselheira Urânia respondeu que o  
(309) contato com a Caixa Econômica é imprescindível e sempre será mantido. O  
(310) Conselheiro Edinaldo solicitou esclarecimentos quanto à titularidade e suplência  
(311) do Poder Público Municipal Executivos Associações de Municípios. O Senhor  
(312) Antonio informou que na 3ª Conferência Estadual das Cidades o Poder Público  
(313) Municipal optou por fazer o rodízio e como é decisão tomada na Conferência,  
(314) não se pode modificá-la e o que se cumpre é o seguinte: são 18 Associações,  
(315) cada ano entram 06, destas 03 titulares e 03 suplentes, escolhidos nesta  
(316) Conferência, no ano seguinte repete-se este procedimento, ao final de 03 anos,  
(317) o total de Associações passaram pelo Conselho, inclusive a Resolução de nº 01  
(318) contem suplentes e titulares do primeiro, segundo e terceiro ano. Com a palavra  
(319) a Conselheira Carolina que mencionou sobre uma reunião prévia entre o GRPU  
(320) e algumas entidades onde foram apresentadas algumas áreas que estavam  
(321) sendo regularizadas e a GRPU ficou de relacionar outras áreas: como Ponta  
(322) Grossa, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Curitiba. A Conselheira  
(323) Urânia explicou que sem a formação do GT esse trabalho fica prejudicado, no

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(324)entanto assim que formado, na primeira reunião será estabelecido plano de  
(325)trabalho e esta questão será implementada. O Conselheiro Oílson indagou  
(326)sobre o procedimento adotado para o levantamento dos Imóveis da União e se  
(327)esta interfere nos imóveis do Estado e Municípios. A Conselheira Urânia  
(328)esclareceu que ainda não é possível apontar número exato, pois como, por  
(329)exemplo, imóveis do Incra ou INSS, estes órgãos são responsáveis cada um  
(330)deles pelo seu patrimônio, não se sabendo sobre a quantidade. A intenção é  
(331)convidar os representantes destas Entidades para participarem dos trabalhos.  
(332)Estados e Municípios a lógica é a mesma, ambos controlam seus imóveis. Com  
(333)a palavra o Conselheiro Alceu Nascimento que solicitou a inclusão nos  
(334)trabalhos do GRPU a região de Guarapuava, especialmente uma área de terras  
(335)pertencentes ao exército, pois já houve esforços neste sentido mas nada se  
(336)conseguiu. A Conselheira Urânia após esclarecimentos disse que poderá ser  
(337)objeto de discussão no Grupo. O Conselheiro Silvio indagou sobre a  
(338)quantidade e quais são os imóveis da União que serão destinados a habitação  
(339)de interesse social. Foi-lhe respondido que quando o GT estiver constituído  
(340)todas estas questões serão identificadas e este poderá atuar mais  
(341)efetivamente. Na seqüência passou-se ao **subitem 4.6 da Pauta**  
(342)Apresentação da COHAPAR: “Proposta Metodológica do Plano Estadual de  
(343)Habitação de Interesse Social” O Senhor Antonio informou que todas as  
(344)apresentações ocorridas durante esta reunião estarão disponíveis no *site* do  
(345)CONCIDADES. O Senhor Juliano Giraldi deu inicio a sua explanação sobre o  
(346)tema, comentando sobre legislação, equipe de coordenação, etapas e  
(347)procedimentos, estratégias de ação, dinâmica de participação (seminários,  
(348)fóruns, oficinas regionais), estratégias de comunicação: Governo Estadual,  
(349)escritório COHAPAR, Municípios e entidades. Com a palavra o Conselheiro  
(350)Joel Tadeu que comentou sobre o distanciamento entre a COHAPAR e os  
(351)Movimentos Sociais. O Senhor Juliano acresceu que há intenção dessa  
(352)aproximação e articulação com os Movimentos. Com a palavra o Conselheiro  
(353)Denílson que indagou sobre o diagnóstico da habitação no Estado do Paraná, a  
(354)composição do Conselho Estadual de Habitação e qual o montante existente no  
(355)Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social. Senhor Juliano respondeu  
(356)que quanto ao montante do Fundo, não tem conhecimento, pois trabalha com  
(357)projetos relativos ao Fundo Nacional de Habitação e estas obras não passaram  
(358)pelo Fundo Estadual porque este na época, não estava constituído e quanto ao  
(359)Conselho de Administração este é o administrador do referido Fundo Estadual e  
(360)é composto por representantes de Secretaria de Estado e de órgãos, dois  
(361)representantes da Sociedade Civil e três representantes dos Movimentos  
(362)Populares. Quanto ao diagnóstico tem-se um trabalho desenvolvido pelo  
(363)IPARDES referente a déficit municipal e faz parte desse trabalho rever esses  
(364)dados, inclusive com a adição de dados rurais, para a realização de um  
(365)diagnóstico mais conciso. O Conselheiro Carlos Lima acresceu que já foi  
(366)discutido no CONCIDADES sobre a possibilidade deste último administrar o  
(367)Fundo Estadual de Habitação, não havendo necessidade da criação de outro  
(368)Conselho e expressou a COHAPAR seu descontentamento quanto a esse fato  
(369)e solicitou que fosse colocado em discussão novamente, que as decisões do



**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(370) Conselho passassem de natureza consultiva para deliberativa. Solicitou ainda  
(371) esclarecimentos sobre a questão da territorialidade no Plano Estadual de  
(372) Habitação de Interesse Social. O Senhor Juliano esclareceu que quanto à  
(373) territorialidade há necessidade de identificar-se, pois existem diferentes formas  
(374) de apropriar-se o espaço, como por exemplo habitação rural, habitação  
(375) indígenas, quilombolas, que já se tem programas específicos para eles. O  
(376) Conselheiro Silvio solicitou esclarecimentos sobre o cronograma mencionado  
(377) pela COHAPAR, pois pensa ser conveniente que o CONCIDADES discuta o  
(378) cronograma e reforçou o afastamento da COHAPAR dos Movimentos Sociais,  
(379) no sentido de não haver retorno. Com a palavra o Senhor Vinicius que solicitou  
(380) que se resolvesse a questão com a COHAPAR e o CONCIDADES,  
(381) exemplificando com a chegada de um ofício sobre conflitos onde mencionou  
(382) que o Conselho só poderá visitar o local, e sobre os recursos da COHAPAR  
(383) não se tem resposta. Acresceu ainda que apresenta-se proposta mas o  
(384) Conselho não é consultado. O Conselheiro Oílson argüiu que há dificuldades  
(385) na política habitacional e de fato depende do gestor da COHAPAR que deveria  
(386) estabelecer um contato direto com os Movimentos Sociais, solicitou  
(387) informações sobre a existência de algum projeto possível de tender a  
(388) demandas próprias dos Movimentos e outras entidades de classe. Na  
(389) seqüência o Senhor Antonio passou a palavra ao Senhor Jorge Guerra  
(390) representante e Diretor de Projetos da COHAPAR, o qual passou a comentar  
(391) sobre os assuntos em discussão. Disse que as críticas recebidas são  
(392) construtivas e que tentará diminuir as duvidas surgidas. Que haverá tempo até  
(393) dezembro de 2010 de se implementar o Sistema Habitacional do Estado do  
(394) Paraná. Em projetos a COHAPAR tem mais de 191 Municípios que  
(395) representam mais de 590 empreendimentos, para atender solicitações de  
(396) 31.000 casas para populações carentes, que recebem de 01(uma) a 03 (três)  
(397) salários mínimos. Que há uma certa distância entre o que se deveria realizar e  
(398) o que se pode fazer. A intenção é atender a todos os Municípios, independente  
(399) do nº de habitantes e que fossem contempladas também as Companhias de  
(400) Habitação. Acresceu que a COHAPAR estará sempre de portas abertas para  
(401) atender a todos. Mencionou sobre a dificuldade em encontrar terrenos para a  
(402) construção das moradias em Municípios maiores e justificou a falta de recursos,  
(403) porem atualmente a COHAPAR está com as finanças em dia. O Conselheiro  
(404) José Leite indagou sobre quais critérios e quem faz os projetos das casas para  
(405) pessoas com necessidades especiais - portadores de deficiência física. O  
(406) Conselheiro Alceu indagou sobre o a situação de quem se situa abaixo de um e  
(407) acima de três salários mínimos. O Conselheiro Silvio elogiou os  
(408) esclarecimentos prestados pelo Senhor Jorge, mas solicitou maiores  
(409) informações para uma próxima reunião. Com a palavra o Senhor Jorge para  
(410) prestar os esclarecimentos solicitados, disse que são realizadas entrevistas  
(411) pelas assistentes sociais da COHAPAR e da Prefeitura com as pessoas que  
(412) vão morar nas casas construídas para portadores de necessidades especiais,  
(413) pois a determinação é que estas pessoas em um conjunto habitacional  
(414) recebam a melhor e adequada unidade. Quanto às pessoas que ganham acima  
(415) de três salários mínimos, há subsídios no Governo Federal, mas são menores e

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(416) mesmo que não sejam contemplados nestes, há Programas próprios pela Caixa  
(417) Econômica integrado com a COHAPAR. Ressaltou nessa ocasião a importância  
(418) e o papel social que a mencionada Entidade executa. Com a palavra a  
(419) Conselheira Terezinha que ressaltou as dificuldades da acessibilidade das  
(420) moradias aos portadores de necessidade especial e comentou sobre o perigo  
(421) que condomínios apresentam a deficientes visuais, por exemplo, pois possuem  
(422) postes no meio da área transitável e não possuem barreiras ou contentores nos  
(423) degraus, reforçou que seja analisada a questão com carinho no que se refere à  
(424) acessibilidade nestes locais, não só para os portadores de necessidades  
(425) especiais, mas idosos e crianças também no aspecto locomoção. O  
(426) Conselheiro Denílson encaminhou a mesa duas propostas, a primeira: que a  
(427) COHAPAR seja novamente convocada a participar da próxima reunião do  
(428) Conselho para apresentar o Diagnóstico da Política Habitacional do Estado,  
(429) apresentando as demandas por faixa de renda, por tipo de habitação; e a  
(430) segunda: convidar o Presidente da COHAPAR a participar da reunião do  
(431) Conselho e convocar o Conselho de Habitação para a mesma reunião, para  
(432) que este apresente sua composição e também a dos recursos do Fundo. A  
(433) Conselheira Carolina reforçou o encaminhamento que deverá ser feito a  
(434) COHAPAR sobre os assuntos em questão e solicitou ao representante da  
(435) COHAPAR que encaminhe os novos dados sobre o Plano a Secretaria  
(436) Executiva para que esta repasse aos Conselheiros, inclusive informações sobre  
(437) o andamento do processo de levantamento dos terrenos. O Senhor Jorge disse  
(438) que todas as observações feitas em relação à construção de moradia para  
(439) portadores de necessidades especiais foram registradas. Argüiu que a  
(440) preocupação neste momento é com relação à construção das 44.000 (quarenta  
(441) e quatro mil) casas e mencionou sobre as varias dificuldades encontradas como  
(442) mão-de-obra, fornecedores de materiais como telhas, cerâmicas entre outras. O  
(443) Senhor Juliano apresentou os valores que compõem o Fundo: R\$ 245.000,00  
(444) (duzentos e quarenta e cinco mil reais) do Ministério das Cidades; 64.000,00  
(445) (sessenta e quatro mil reais) como contrapartida do Governo do Estado; e  
(446) aproximadamente 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) da COHAPAR. O  
(447) Senhor Antonio fez a leitura das solicitações e encaminhamentos: 1 - composição  
(448) financeira do Fundo Estadual de Habitação e convocação do Presidente do fundo  
(449) de Habitação da COHAPAR para participar da próxima reunião; e 2-  
(450) apresentação pela COHAPAR do Diagnóstico de Habitação do Paraná.  
(451) Encerrada a reunião às 12:25 horas. Iniciada a reunião no período da tarde, onde  
(452) o Senhor Antonio solicitou os nomes dos suplentes para o Grupo de Trabalho  
(453) Áreas do Patrimônio da União para Habitação de Interesse Social, segmentos  
(454) área dos Empresários: UBIRAITÁ DRESCH; ONG's: MARIA FELOMENA  
(455) O.SANDRI; Trabalhadores: VALDIR MESTRINI; Movimento Nacional de luta pela  
(456) Moradia: ANSELMO SCHWERTINER; Movimentos Sociais Populares: OILSON  
(457) ANTONIO ALVES e JOSE LEITE, faltando a indicação para os seguintes  
(458) segmentos: Academia, Pesquisas Profissionais; Poder Público Estadual e  
(459) Poder Público Municipal. Na seqüência passou-se ao **subitem de pauta 4.7**  
(460) Apresentação: "Situação dos Conselhos Municipais - 2",  
(461) SEDU/PARANACIDADE). Com a palavra o Senhor Carlos Augusto Storer que

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(463) deu início à explanação do tema em pauta. Explicou sobre a evolução dos  
(464) Planos Diretores a partir de Novembro de 2008 a Abril de 2009. Citou algumas  
(465) denominações de como estes órgãos colegiados passaram a ter, sendo o mais  
(466) comum Conselho de Desenvolvimento Municipal; Conselho das Cidades;  
(467) Conselho Municipal das Cidades; Conselho Municipal de Desenvolvimento  
(468) Urbano; Conselho Municipal de Plano Diretor; Conselho do Plano Diretor  
(469) Urbano; Conselho do Desenvolvimento Urbano Municipal; Conselho do  
(470) Desenvolvimento Urbano Municipal do meio Ambiente; Conselho Urbano  
(471) Sustentável do Plano Diretor; Conselho Municipal de Desenvolvimento  
(472) Econômico e Urbano; Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Integrada  
(473) Participativa; Conselho Municipal de Planejamento; Conselho Municipal de  
(474) Planejamento e Territorial; Conselho Municipal de Política Urbana; e Conselho  
(475) Municipal de Ocupação e Uso do Solo Urbano e Rural, entre outras. Ao final  
(476) pôs-se a disposição para eventuais esclarecimentos. O Conselheiro Joel  
(477) solicitou informações a respeito do Plano Diretor do Município de Londrina, pois  
(478) o argüiu que mesmo contendo algumas inobservâncias teve sua primeira parte  
(479) aprovada sem apoio da comunidade. O Senhor Carlos explicou que conforme  
(480) informações dadas a SEDU/PARANACIDADE o Plano Diretor de Londrina está  
(481) em andamento não se tendo ainda as informações finais. Acresceu que como o  
(482) Município não está realizando o Plano com recursos do Sistema de  
(483) Financiamento aos Municípios nem com os do Fundo Estadual de  
(484) Desenvolvimento Urbano, não se realiza a supervisão deste Plano Diretor.  
(485) Ocorre que se chegar informações a respeito de datas ou da realização de  
(486) reuniões, audiências públicas e conferências sobre o Plano Diretor, um dos  
(487) profissionais da SEDU/PARANACIDADE no Escritório Regional de Londrina  
(488) participará. Informou ainda não ser atribuição da SEDU/PARANACIDADE a  
(489) fiscalização sobre Planos Diretores, mas tem como função decorrente de Lei,  
(490) exigir do Município no momento em que este solicita a realização de operação  
(491) de crédito junto ao FDU ou ao Sistema de Financiamento, ou ainda  
(492) Financiamento e Equipamentos aos Municípios, neste momento o executivo do  
(493) Município necessitará apresentar o Plano Diretor na sua totalidade, ou seja,  
(494) com todas as etapas executadas. Continuou explicando que em meados do  
(495) ano passado passou-se a realizar estes procedimentos com o  
(496) acompanhamento do Ministério Público. Assim se a população não estiver de  
(497) acordo com algum procedimento devem informar aos seus representantes, ao  
(498) Ministério Público, ou a SEDU/PARANACIDADE, como esta sendo feito nesta  
(499) reunião, situação esta que a Secretaria Executiva informará ao Secretário, que  
(500) em razão desta informação, algumas medidas podem ser tomadas, visando  
(501) levantar a real situação do Plano Diretor, não como fiscalização, mas como  
(502) orientação técnica institucional aquele Município, podendo este sofrer  
(503) limitações na obtenção de recursos, até que equacione a pendência referente  
(504) ao Plano Diretor. Com a palavra a Conselheira Carolina que apresentou a  
(505) preocupação, que é também da Câmara Técnica de Planejamento, em relação  
(506) aos Conselhos Municipais no que diz respeito à atuação e implementação, pois  
(507) surgiram dúvidas, no sentido de que são eles deliberativos ou consultivos,  
(508) quantos são no Estado do Paraná, se a SEDU poderá fornecer algum tipo de

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(509) auxílio na implementação destes, se a eleição dos membros está articulada  
(510) com as Conferências Municipais e qual o papel dos Conselhos. O Senhor  
(511) Carlos esclareceu que a SEDU/PARANACIDADE vem defendendo a  
(512) composição de um só Conselho, o qual terá as atribuições para efeito da  
(513) implementação permanente do Plano Diretor, o qual sofrerá revisões de tempos  
(514) em tempos, sendo retirada deste informações para o Plano Plurianual, a cada  
(515) quatro anos e que seja de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizatória e  
(516) este mesmo Conselho irá discutir sobre as Conferências Municipais e mostrou  
(517) a base dados que será alimentada a medida que recebe informações sobre a  
(518) composição destes Conselhos. O Conselheiro Mario indagou se existe na  
(519) SEDU algum órgão que se encarregaria de fiscalizar a implementação e a  
(520) prática do Plano Diretor no Município. O Senhor Carlos respondeu que a  
(521) SEDU/PARANACIDADE tanto acompanha os Planos que ainda estão em  
(522) execução - em torno de 40 %- quanto o início do processo de implementação.  
(523) Acresce que a intenção da SEDU/PARANACIDADE não é exigir apenas que o  
(524) Município apresente o Plano Diretor e que este tenha se construído num  
(525) processo democrático participativo, mas que uma vez aprovado seja de  
(526) imediato implementado em toda sua amplitude e, avaliando o funcionamento do  
(527) Conselho e o prazo para o seu funcionamento. O Conselheiro Silvio solicitou  
(528) esclarecimentos sobre a composição dos Conselhos das Cidades, no que o  
(529) Senhor Carlos respondeu que a orientação dada pela SEDU/PARANACIDADE  
(530) é que sejam um Conselho e que observem a composição do Conselho Nacional  
(531) das Cidades, contudo os Municípios são entes autônomos da Federação e  
(532) muitos não estão acatando esta orientação. O Senhor Antonio acresceu que na  
(533) última reunião foi aprovada uma Resolução recomendando aos Municípios a  
(534) criação dos Conselhos a qual foi distribuída no evento de Foz do Iguaçu –  
(535) Encontro de novos Prefeitos e Vice Prefeitos e que será feito novamente uma  
(536) segunda remessa, inclusive da Cartilha, que serão distribuídas para os  
(537) Municípios. Com a palavra o Conselheiro Drabik que comentou sobre a  
(538) formação do Conselho Municipal de Cascavel e observou que os Movimentos  
(539) Populares estão com pouca representatividade, mas a preocupação é com o  
(540) Plano, pois foram aprovadas Leis suplementares que estão em discussão ainda  
(541) e a Câmara Municipal na legislação anterior, realizou alterações no Plano  
(542) Diretor sem consulta pública. Disse que foi solicitado ao Prefeito que  
(543) cancelasse as leis alteradas, mas, sem solução, foi então apresentada  
(544) denúncia ao Ministério Público Municipal, sem resposta, a mesma denúncia foi  
(545) entregue ao Ministério Público Estadual e também não se obteve resposta, foi  
(546) levada para uma reunião de discussão sobre Planos Diretores e deixado com a  
(547) mesa, também até agora sem resposta e por ultimo, foi entregue a Secretaria  
(548) de Desenvolvimento Urbano e não se têm informações ainda. Reforçou sua  
(549) preocupação com a situação e sua insegurança quanto ao processo. O Senhor  
(550) Carlos concordou com a preocupação e disse que é recíproca também, pois  
(551) está se tendo com a Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Cidade, a  
(552) oportunidade de se discutir Plano Diretor e que o esforço deverá ser de todos,  
(553) quer seja na implementação destas ferramentas quer seja na sua fiscalização.  
(554) O Senhor Antonio agradeceu a presença do Senhor Carlos Storer e assim

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(555) também o fez o Conselheiro Carlos Lima que elogiou a apresentação do  
(556) mesmo. Na seqüência Senhor Antonio passou ao **subitem 4.9 da pauta**  
(557) (Calendário 2009, art. 11 do Regimento Interno). O Senhor Antonio  
(558) apresentou a proposta de calendário trazido pela Secretaria Executiva, qual  
(559) seja: dias 02 de julho reunião Câmaras Técnicas e 03 de julho 6ª Reunião  
(560) Ordinária do CONCIDADES; dias 01 de outubro reunião Câmaras Técnicas e  
(561) 02 de outubro 7ª Reunião Ordinária do CONCIDADES e dias 17 de dezembro  
(562) reunião Câmaras Técnicas e 18 de dezembro 8ª Reunião Ordinária . Após  
(563) discussões sobre a Conferência Estadual a ser realizada, Senhor Antonio  
(564) solicitou que nesta reunião já houvesse a indicação da Comissão  
(565) Coordenadora da Conferência. Informou ainda sobre a necessidade de obter o  
(566) número para composição da Comissão Preparatória, número menor que  
(567) 31 (trinta e um (numero de conselheiros), pois este número deverá conter a  
(568) proporcionalidade para que cada segmento indique seus representantes.  
(569) Colocada a proposta em discussão foi aprovado o seguinte calendário: dias 08  
(570) e 09 de junho (segunda e terça-feiras); dias 03 e 04 de setembro (quinta e  
(571) sexta-feiras) e 05 e 06 de novembro (quinta e sexta-feiras). O Conselheiro José  
(572) Leite sugeriu que nesta reunião fosse definido o numero pelo menos, de  
(573) participantes para a Comissão. O Senhor Antonio sugeriu o número mínimo de  
(574) 10 (dez) e máximo de 31 (trinta e um). O Conselheiro Denilson sugeriu que a  
(575) Conselheira Carmen realizasse os cálculos da proporcionalidade, ficando a  
(576) indicação dos nomes para mais tarde, no que, esta sugestão foi aprovada. Com  
(577) a palavra a Conselheira Urânia que indagou a respeito dos representantes do  
(578) Poder Público Federal, no que, lhe foi respondido constar a Caixa Econômica  
(579) Federal, o Bando do Brasil, a Universidade Federal entre outros. A Conselheira  
(580) acresceu que está no Conselho como suplente (GRPU), solicitou averiguação  
(581) caso os titulares não estejam cumprindo a função, que houvesse uma troca, de  
(582) suplente para titular. Foi-lhe respondido que como suplente, em qualquer  
(583) situação, ausente o titular, assume automaticamente seu papel, no entanto, o  
(584) Senhor Antonio ficou de verificar a situação. Na seqüência **subitem 4.10 da**  
(585) **pauta** (Relato das Câmaras Técnicas). Iniciando com Conflitos Fundiários: uma  
(586) das Conselheiras realizou a leitura dos principais itens da Ata da Câmara  
(587) Técnica. A Conselheira Ana Carmen com a palavra explanou sobre alguns  
(588) aspectos da situação existente no Sítio Cercado, onde a Associação de  
(589) Moradores solicitou uma área de terreno junto ao Município de Curitiba, sendo  
(590) consultados o IPPUC, Secretaria do Meio Ambiente, COHAB, obtendo-se  
(591) parecer favorável após um ano do pedido, surgindo uma minuta de Decreto  
(592) para a concessão deste pedido. Algum tempo depois a Associação foi  
(593) notificada pelo indeferimento do pedido por haver interesse de outra entidade  
(594) que fez construções no local. O assunto foi discutido na Câmara Técnica sendo  
(595) feito três encaminhamentos: 1- acatar a decisão do Ministério Público, uma vez  
(596) que o processo a eles foi encaminhado; 2 - nota de repúdio a Prefeitura  
(597) Municipal de Curitiba, pela demora na resposta e pela provocação de frustração  
(598) a Associação, uma vez que havia uma minuta de Decreto favorável a  
(599) concessão do terreno e também pelas agressões realizadas pela guarda  
(600) municipal. E por fim, que em virtude de ter havido minuta de decreto

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

<sup>(601)</sup>concedendo á área, que a Prefeitura encontre uma outra área para que a  
<sup>(602)</sup>Associação possa montar a "Panificadora Comunitária" no local, que funcionará  
<sup>(603)</sup>como uma geração de renda para a comunidade. O Conselheiro Joel Tadeu  
<sup>(604)</sup>reforçou a importância da moção de repúdio dirigida a Prefeitura Municipal.  
<sup>(605)</sup>Com a palavra a Conselheira Hilma que comentou ter realizado um Relatório a  
<sup>(606)</sup>respeito do caso "Fazendinha", o qual foi aprovado na Câmara Técnica e agora  
<sup>(607)</sup>apresentado ao Conselho para encaminhamento ao Ministério Público, se  
<sup>(608)</sup>aprovado. Na sequência a mesma Conselheira iniciou a leitura do Relatório:  
<sup>(609)</sup>Relatório Ocupação no Bairro Fazendinha. No dia 06 de setembro de 2008, seiscentas famílias  
<sup>(610)</sup>ocuparam uma grande área em Curitiba, no Bairro Fazendinha, no início seiscentas famílias,  
<sup>(611)</sup>dois dias depois, mil e quinhentas famílias, um grande latifúndio urbano vazio com uma área  
<sup>(612)</sup>equivalente a 170.000 m<sup>2</sup>. Entendia-se que a ocupação se deu por espontaneidade, mas nada  
<sup>(613)</sup>acontece sem o mínimo de organização, e assim, foi com as primeiras seiscentas famílias, que  
<sup>(614)</sup>foram linha de frente, foram trabalhadas para adentrarem a área, já que o déficit habitacional  
<sup>(615)</sup>atinge famílias de baixa renda ou sem renda, no qual é o caso das famílias que ali se  
<sup>(616)</sup>encontravam, diante da necessidade de uma moradia digna, a proposta da casa própria foi  
<sup>(617)</sup>sendo aceita pelos "sem tetos", já que as "lideranças" que trabalhavam com essa população  
<sup>(618)</sup>dava a vitória como certa, pois, estavam a serviço dos candidatos ao pleito eleitoral do dia 05 de  
<sup>(619)</sup>outubro de 2008, por serem pessoas de boa fé, humildes e quase sem instrução não  
<sup>(620)</sup>perceberam que estavam sendo usadas como "massa de manobra eleitoreira", pois puderam até  
<sup>(621)</sup>contar com escritório de advocacia dentro da área ocupada, vale salientar que os advogados,  
<sup>(622)</sup>advogaram tanto para as famílias que ocuparam a área quanto para a empresa Varuma  
<sup>(623)</sup>Empreendimentos. A suposta proprietária logo conseguiu a reintegração de posse, só vindo a  
<sup>(624)</sup>ser executada no dia 23 de outubro de 2008, coincidentemente logo após as eleições  
<sup>(625)</sup>municipais, daí fica claro o verdadeiro intuito da ocupação, pois o objetivo já havia sido  
<sup>(626)</sup>alcançado logo no primeiro turno. Durante a ocupação foi desmatada a área de preservação  
<sup>(627)</sup>ambiental, com apoio da CR ALMEIDA, já que havia caminhões da empresa tirando madeiras e  
<sup>(628)</sup>moto serras para corta-las, estive no local no dia 01 de abril de 2009 colhendo informações para  
<sup>(629)</sup>este relatório e fui informada que na verdade não seria ocupada a área total, somente a parte, as  
<sup>(630)</sup>partes mais fundas, as partes mais nobres seria feito loteamento pelos organizadores da  
<sup>(631)</sup>ocupação, infelizmente tudo saiu fora do controle, veio mais famílias do que o planejado e a área  
<sup>(632)</sup>foi totalmente ocupada, para mim a intenção real disso tudo era: a) que a população usada para  
<sup>(633)</sup>tal ação arcasse com as responsabilidades, já que estavam em área de preservação ambiental;  
<sup>(634)</sup>b) pela situação de classe não atingiria o mercado, pois o objetivo oculto com certeza era fazer  
<sup>(635)</sup>um grande loteamento para a classe média; c) usava-se o povo para os objetivos eleitorais e  
<sup>(636)</sup>fundiários, depois jogava-os na rua. Não aconteceu o grande loteamento e nem todos se  
<sup>(637)</sup>elegeram, mas no dia 23 de outubro de 2008 a reintegração de posse foi cumprida, mesmo com  
<sup>(638)</sup>os ocupantes saindo pacificamente o "despejo foi violento", casas e barracos queimados assim  
<sup>(639)</sup>como pertences pessoais, móveis e documentos das famílias ocupantes, pessoas machucadas,  
<sup>(640)</sup>jornalistas de entidades sociais sendo baleados, a truculência policial foi imensa, não era preciso  
<sup>(641)</sup>isso, pois não houve resistência por parte dos ocupantes, que isto fique claro. O latifúndio logo  
<sup>(642)</sup>limpo foi substituído por cercas e vigilâncias e vigilâncias privadas e a guarda municipal por  
<sup>(643)</sup>perto, os seguranças logo começaram a fazer ameaças as famílias que apoiadas por entidades  
<sup>(644)</sup>solidárias a elas e comprometidas com os direitos humanos, decidiram ficar na calçada. Uma  
<sup>(645)</sup>semana depois um morador foi assassinado com quinze tiros por pessoas encapuzadas depois  
<sup>(646)</sup>de ter sido ameaçado por um segurança por volta das quinze horas, quando ele foi procurar  
<sup>(647)</sup>água, sua morte se deu as vinte e trinta horas ele estava com mais quatro pessoas e foi  
<sup>(648)</sup>barbaramente assassinado, o seu nome Celso Heidt. A resistência continua e hoje são cinquenta  
<sup>(649)</sup>e uma famílias buscando solucionar o direito a "moradia digna", junto a COHABCT, responsável  
<sup>(650)</sup>pela questão habitacional do município. No começo do ano letivo as crianças estavam sendo

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(651) privadas da escola, pois alegavam falta de endereço residencial, assim também com o  
(652) atendimento a saúde, não consideravam o endereço da calçada como endereço residencial. Hoje  
(653) sete meses depois nasceram duas crianças na calçada e mais quatro estão para nascer, foi o  
(654) que me informaram moradoras do local, a condição é desumana mas seres humanos continuam  
(655) vindo ao mundo, afirmando “eu tenho direito, a terra, a água, o ar e a natureza são patrimônios  
(656) da humanidade e não de quem tem dinheiro para comprar”, hoje aquele imenso vazão urbano  
(657) mostra ser terra de ninguém, até o momento me faz acreditar que foi grilada por quem se diz  
(658) dono com o apoio político, judicial e cartorial, os advogados populares que assumiram a causa  
(659) continuam a denunciar o despejo violento e a terra sem função social, mais informações contam  
(660) nos documentos adendo.” A Conselheira Josete com a palavra suscitou sua  
(661) preocupação em relação a situação dos catadores de papel do Boqueirão e a  
(662) área em questão. Após esclarecimentos foi-lhe informado que o assunto foi  
(663) encaminhado para a Câmara Técnica de Planejamento para discussão. O  
(664) Senhor Antônio pôs em discussão o relato da Conselheira Ana Carmen  
(665) (situação Sítio Cercado) e da Conselheira Hilma (situação Fazendinha). O  
(666) Conselheiro Carlos Lima indagou a respeito da competência dos Conselhos  
(667) tanto os Regionais, quanto Municipais, argüiu que se o CONCIDADES for  
(668) intervir em cada situação que ocorre no Estado do Paraná, ficará difícil atender  
(669) a tudo. Disse que em relação as situações ocorridas deveria haver uma forma  
(670) de solicitar atenção destes Conselhos Municipais para os fatos, ou dos  
(671) Regionais. Expressou sua preocupação no sentido de criar um procedimento  
(672) padrão para os encaminhamentos do CONCIDADES, quando ocorrer decisões  
(673) em outros municípios. Sugeriu que estes outros Conselhos sejam levados em  
(674) consideração e que as propostas de encaminhamento das situações sejam  
(675) levadas a eles e caso não tomem as devidas medidas o CONCIDADES as  
(676) tomaria. O Conselheiro Oilson acresce que há um distanciamento entre o  
(677) CONCIDADES e o Conselho Municipal, na sua opinião deve-se pressionar o  
(678) Conselho Municipal a tomar as medidas e apoiá-los no que for preciso. O  
(679) Senhor Antonio pôs em votação os encaminhamentos apresentados sobre a  
(680) situação Sítio Cercado (relatório a ser encaminhado ao CONCITIBA) e  
(681) Fazendinha (relatório a ser encaminhado ao Ministério Público), sendo  
(682) aprovados. A Conselheira Ana Carmen, Coordenadora da Câmara Técnica de  
(683) Planejamento iniciou um relato sobre os itens discutidos e acresceu que a  
(684) situação sobre o Boqueirão relatada anteriormente será sugerida o  
(685) encaminhamento ao CONCITIBA para mediação do assunto. Com relação ao  
(686) Plano de Ação da Câmara Técnica, os temas principais discutidos foram: 1-  
(687) análise e compreensão do Plano de Desenvolvimento do Estado; 2- análise e  
(688) acompanhamento dos Planos Diretores; 3- funcionamento dos Conselhos, com  
(689) ênfase na questão do Conselho do Litoral, pois possui assuntos específicos; 4-  
(690) regularização fundiária; orçamento público, regiões metropolitanas, com ênfase  
(691) na região metropolitana de Curitiba. Disse que foi decidido pela Câmara que um  
(692) dos temas da Conferência Estadual seja "viabilização da implementação dos  
(693) Conselhos Municipais”. Acresceu que quanto ao GT Patrimônio da União, que a  
(694) Plenária indique aos Conselhos Municipais e entidades da Região  
(695) Metropolitana para que seja realizado um levantamento das áreas subutilizadas,  
(696) para a questão habitacional. Sugeriu aos membros Câmara Técnica que se  
(697) reúnam para ampliar a discussão a respeito destes temas abordados. Posto os

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

(698) encaminhamentos em discussão estes foram aprovados. Com a palavra o  
(699) Conselheiro Waldir para relatar sobre os assuntos pertinentes a Câmara  
(700) Técnica de Transporte e Mobilidade, onde disse que foi encaminhado ao  
(701) CONCITIBA cópia de parte dos autos referente a ausência de licitação no  
(702) transporte público de Curitiba e solicitado aos mesmos as providências  
(703) tomadas em relação a matéria. Em decorrência dessa situação surgiu uma  
(704) dúvida referente à competência da Prefeitura Municipal de Curitiba, licitar o  
(705) transporte da Região Metropolitana e em função disso fez-se um  
(706) encaminhamento para solicitar a participação da PGE na reunião. Continuou  
(707) dizendo que foi discutido um plano de ação, o qual consiste em: 1- conhecer o  
(708) plano de transporte, trânsito, mobilidade e acessibilidade no âmbito do  
(709) Governo Estadual; 2- propor ao Ministério das Cidades que todos os projetos  
(710) de financiamentos sejam submetidos ao CONCIDADES PARANÁ; 3- que os  
(711) projetos de transportes dos Municípios do Estado do Paraná passem por esta  
(712) Câmara de Transporte e Mobilidade; 4 - revisão dos procedimentos de licitação  
(713) dos transportes; e 5- consultar a Secretaria de Transporte sobre a regularidade  
(714) quanto aos contratos licitatórios, nos atos de concessão, permissão no  
(715) transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná. O Conselheiro  
(716) José Leite inseriu aos pontos discutidos a solicitação que farão ao Ministério  
(717) das Cidades no sentido de obterem um levantamento sobre recursos  
(718) disponíveis para transporte e mobilidade os quais poderão ser utilizados. O  
(719) Senhor Antonio colocou os encaminhamentos em discussão e foram  
(720) aprovados. A Conselheira Maria Felomena procedeu à leitura de minuta de  
(721) Resolução de recomendação: “O Conselho Estadual das Cidades CONCIDADES  
(722) conforme Constituição de 1988, art. 175 que estabelece a obrigatoriedade de licitação para o  
(723) transporte coletivo de passageiros nos Municípios do Estado do Paraná, recomenda: I - Que os  
(724) Conselhos Municipais verifiquem a existência de processos licitatórios no transporte coletivo de  
(725) passageiros dos Municípios; II- Que os Municípios aprovem Leis que autorize o procedimento  
(726) licitatório para concessão e permissão de serviços públicos de transporte coletivo, assegurando  
(727) ou resguardando os princípios da isonomia, moralidade e da legalidade; III- revogar através de  
(728) processo administrativo para não se tornar inconstitucional a manutenção dos contratos atuais  
(729) vigentes, num prazo de 24 meses para a revogação; IV- O atendimento ao interesse público na  
(730) prestação adequada não será concretizada com a expedição de atos ilegais dentro das  
(731) administrações municipais, mas baseado em propostas vantajosas para a população; V- Nos  
(732) processos licitatórios referidos que os editais prevejam a obediência a toda legislação estadual  
(733) e federal e em especial o Decreto 5296/2004 e também a Convenção da ONU que regulamenta  
(734) as leis de acessibilidade.” A Conselheira esclareceu tratar-se de um Resolução de  
(735) recomendação que deverá ser entregue a todos os municípios e aos Conselhos  
(736) também. O Conselheiro Joel Tadeu lembrou sobre as atribuições do  
(737) Conselho e também de atribuições dos Conselhos Municipais, especialmente  
(738) do Conselho Municipal de Curitiba. Comentou sobre a forma das Resoluções,  
(739) atribuindo diferença entre a Recomendação e a Resolução e pediu que fosse  
(740) analisada essa situação. O Conselheiro Jose Leite esclareceu que há três tipos  
(741) de Resolução: uma de Recomendação; Administrativa e Normativa e solicitou a  
(742) Secretaria Executiva pedisse os modelos de Resoluções ao Conselho Nacional.  
(743) Posta em discussão a respectiva Resolução de Recomendação foi aprovada. O  
(744) Senhor Ary Talamini da Secretaria Estadual de Planejamento comentou que



**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

(745) quanto ao segundo item do Plano de Ação da Câmara Técnica de Transporte e  
(746) Mobilidade, que se refere a propositura ao Ministério das Cidades que todos os  
(747) projetos de financiamentos sejam submetidos ao CONCIDADES – que não  
(748) sejam só os relativos a transporte ou de mobilidade urbana, mas todas as  
(749) questões, pois esta seria a forma do Conselho atuar de acordo com seus  
(750) propósitos, mesmo o Conselho não sendo deliberativo, este pode anuir  
(751) previamente. Na seqüência a Conselheira Carolina - Câmara Técnica, GT  
(752) Conflitos Fundiários, relatou brevemente sobre os assuntos discutidos dentre  
(753) eles: o envio de ofício a Secretaria de Segurança Pública; atualização e ajustes  
(754) no plano de ação da Câmara Técnica e consubstanciação das informações das  
(755) entidades que responderam aos ofícios. Ainda a Conselheira realizou vários  
(756) esclarecimentos e ao final sugeriu que as propostas dos Conselheiros sejam  
(757) encaminhadas por escrito a Plenária, a qual discutiria com base no texto  
(758) apresentado. Um dos Conselheiros solicitou a suspensão da reunião pelo  
(759) avançar da hora. O Conselheiro Carlos Lima pediu atenção sobre a  
(760) implementação da agenda dos encontros regionais e solicitou a Secretaria  
(761) Executiva notícias a respeito do assunto. O Senhor Antonio respondeu que na  
(762) última reunião ficaram definidos os Conselheiros que atuarão nas regiões,  
(763) porém o procedimento ainda não evoluiu. Propôs-se o restabelecimento do  
(764) Grupo que discutiu os Conselhos Regionais, para que execute a agenda de  
(765) implementação regional até a próxima reunião, ficando a cargo da Secretaria  
(766) Executiva agendar reunião e comunicar ao Grupo. A sugestão foi aprovada. Na  
(767) seqüência passou-se ao **item 06 da Pauta** (Indicação dos Membros da  
(768) Comissão Coordenadora). Ficou decidido pela permanência dos mesmos  
(769) membros para a próxima reunião. Quanto ao **item 05 da Pauta** (Apresentação  
(770) de propostas de pauta para a próxima reunião), decidiu-se que a próxima  
(771) reunião terá início com a apresentação dos itens que não foram discutidos  
(772) nesta, quais sejam: subitem 4.11 Posição do Conselho em relação às 44.000  
(773) moradias para o Estado do Paraná, sugerido pelo Conselheiro Silvio; e 4.12  
(774) Implantação dos Conselhos Regionais, sugerido pelo Conselheiro Carlos Lima.  
(775) O Senhor Antonio abordou o assunto que pendente ainda estava, a respeito do  
(776) número de integrantes da Comissão Organizadora da Conferência, passando a  
(777) palavra a Conselheira Ana Carmen, a qual explicou que a Comissão poderá ser  
(778) composta de dois números, o primeiro: de dezesseis pessoas, sendo seis do  
(779) Poder Público; quatro dos Movimentos Populares; dois Trabalhadores; dois  
(780) representantes dos Empresários; um Academia, Profissional e de Pesquisa; e  
(781) um das ONG's. O segundo, em número de dez, sendo quatro do Poder Público;  
(782) dois dos Movimentos Populares; um dos demais quatro segmentos. Colocada  
(783) em discussão foi aprovada a primeira proposta. A Conselheira Carmen da SEDU  
(784) solicita que conste em ata que para as reuniões todos os conselheiros devem ser  
(785) convocados em qualquer situação. Em não havendo mais nada a tratar, a  
(786) presente reunião foi encerrada às 17:25 da qual foi lavrada a presente ata por  
(787) mim Maria Geltrude da S. Borguezan, Analista de Desenvolvimento Municipal do  
(788) PARANACIDADE que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos  
(789) presentes.-----

**CONCIDADES PARANÁ**  
Conselho Estadual das Cidades

**Antonio Weinhardt Junior**

Secretario Executivo

Conselheiros:

**1) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**

**2) Adir dos Santos Tornes**

**3) Agostinho Celso Zanelo de Aguiar**

**4) Ana Carmen de Oliveira**

**5) Ana Cláudia Bento Graf**

**6) Anselmo Schwertner**

**7) Carlos Alberto Lima**

**8) Carmen Sueli Menna Barreto Gomes**

**9) Carolina Caraíba Nazareth Alves**

**10) Denilson Pestana da Costa**

**11) Edinaldo da Silva**

**12) Ilma de Lourdes Santos**

**13) Isaías Gonçalves Lopes**

**14) Joel Tadeu Côrrea**

**15) Jorge da Conceição Guerra**

**16) José Aparecido Leite**

**17) José Luiz Alves Miguel**

**18) Jurandir Guatassara Boeira**

**19) Marcos Bittencourt Fowler**

**20) Marcos dos Santos Fagundes**

**21) Mario César Marcondes**

**CONCIDADES PARANÁ**  
*Conselho Estadual das Cidades*

**22) Maria Felomena Oliveira Sandri**

---

**23) Maria Helena Gusso Mattos**

---

**24) Maria Verônica Sciena**

---

**25) Oílson Antônio Alves**

---

**26) Ronald Peixoto Drabik**

---

**27) Silvio José Gonçalves**

---

**28) Simone de Fátima Campos Cogo**

---

**29) Sirlei Cesar de Oliveira**

---

**30) Terezinha Aparecida de Lima**

---

**31) Ubiratã Antônio Dresch**

---

**32) Valdir Aparecido Mestriner**

---

**33) Urânia Flores da Cruz Freitas**

---